

V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS
Curitiba-PR - Brasil

ACADEMIA DO COMÉRCIO, ESTADO E LEGALIZAÇÃO DOS CURSOS SUPERIORES DE
ADMINISTRAÇÃO

Emiliane Torres da Silva (Unigranrio) - emilianest@unigranrio.br
Graduanda em Administração

Ana Paula Medeiros Bauer (Unigranrio) - anabauer@id.uff.br
Doutoranda em Administração

1. Contextualização

Em meio a necessidade de formação para os cargos de gestão de instituições públicas e privadas, logo após a chegada da família real (1808), surge o ensino comercial no Brasil. (SAES; CYTRYNOWICZ, 2001).

Barros (2017) revela na metade do século XX, a formação de administradores era desempenhada pelas escolas de comércio e pelo curso superior de Administração e Finanças, antes do surgimento dos bacharelados em Administração, Contabilidade ou Economia. Conseqüentemente, a distinção entre o economista, contador e administrador não existia. Essas profissões eram entendidas como partes de uma mesma atividade e não como especializações alternativas (SAES; CYTRYNOWICZ, 2001).

Um das principais contribuições para o avanço do ensino comercial ocorreu em 1901, com o auxílio do professor Cândido Mendes de Almeida que em conjunto com um grupo de cientistas, planejou a construção de uma escola dedicada ao ensino comercial. Assim, em 2 de junho de 1902 foi inaugurada a Academia de Comércio do Rio de Janeiro, que funcionava na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, no centro da cidade. Atualmente, o prédio pertence ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (SAES; CYTRYNOWICZ, 2001; UCAM, 2015).

Figura 1 - Escola Politécnica (1905)



Fonte: Mendes (2012)

Figura 2 - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: UFRJ para estrangeiros (2011)

Em 1905, a Academia de Comércio é declarada como uma instituição de utilidade pública e tem os seus diplomas reconhecidos por intermédio do Decreto nº 1.339, assinado pelo

até então presidente da República, Francisco de Paula Rodrigues de Alves. O Decreto também estendeu as suas disposições à Escola Prática de Comércio de São Paulo também fundada em 1902.

O Decreto de 1905 estabeleceu que a Academia de Comércio manteria dois cursos: Geral e Superior. Segundo Moitinho (1953), o Curso Geral tinha o objetivo de formar auxiliares de administração, principalmente para as funções de Guarda-Livros. E o Curso Superior era destinado a preparar administradores para atividades de chefia.

Figura 3 - Convento do Carmo (1906)



Fonte: Decourt (2004)

Figura 4 - Edifício Central da Universidade Cândido Mendes (UCAM)



Fonte: Fulviusbsas (2007)

Embora fosse uma instituição de caráter privado, a Academia de Comércio atuou como um órgão de consulta ao Governo Federal quanto aos assuntos relacionados ao comércio e a indústria. (SAES; CYTRYNOWICZ, 2001).

Diante disso, o Boletim Comunitário da Universidade Cândido Mendes revela que por decreto do Governo, em 1910 o Convento do Carmo que funcionava em frente ao Paço Imperial, foi cedido para a Academia de Comércio. Nos dias de hoje, o local dá espaço para o edifício central da universidade que preservou a fachada do antigo estabelecimento (UCAM, 2015).

Em contrapartida, o Projeto de Lei nº 782 de 1950 da Câmara dos Deputados descreve que em 1910 a Academia de Comércio foi transferida para a praça Quinze de Novembro, onde funcionava o Museu Comercial conforme o Decreto nº 8.206 de 1910.

Além disso, a Academia de Comércio do Rio de Janeiro destacou-se como uma referência para o ensino comercial no país (SAES; CYTRYNOWICZ, 2001). Contribuindo assim, para o reconhecimento da Academia de Comércio de Pelotas, no Rio Grande do Sul, da Escola Comercial da Bahia dentre outras.

Outro importante passo para os cursos de Administração, Economia e Contabilidade foi dado pelo Presidente Getúlio Vargas por meio do Decreto nº 20.158 de 1931 que estruturou o Ensino Comercial em um Curso Propedêutico, cinco cursos técnicos (Secretário, Guarda-Livros, Administrador-Vendedor, Atuário e Perito-Contador) e um Curso Superior (BRASIL, 1950).

O Curso de Administração e Finanças disposto pelo Decreto de 1931 foi o primeiro curso de nível superior que surgiu para atender a demanda por formação superior no país (BARROS, 2014). Com duração de três anos, o curso concedia o diploma de bacharel em Ciências Econômicas (BRASIL, 1950).

Anos mais tarde, o Decreto-Lei nº 7.988 de 22 de setembro de 1945 reformou o ensino superior por meio da extinção do curso de Administração e Finanças e estabelecimento dos cursos superiores de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e Atuariais (BARROS, 2014; BRASIL, 1945). Mesmo com a mudança, Moitinho (1953) ressalta que nenhuma das disciplinas de natureza administrativa que pertenciam ao antigo currículo foram excluídas. Para o autor, o curso preparou administradores para o desempenho de atividades em instituições públicas e privadas.

Pode-se dizer que “as escolas de comércio e o Curso de Administração e Finanças foram respectivamente ponto de partida” (BARROS, 2014, p.1) para a disseminação do conhecimento e das práticas da Administração.

Assim, este estudo se propõe a contribuir com as pesquisas sobre a história do ensino em administração, na medida em que busca compreender as similaridades e divergências entre o Curso Superior ministrado pela Academia e o Curso Superior de Administração e Finanças. A partir disso, podemos questionar as grades atuais do curso de administração que se tornou o maior do Brasil.

Nesse sentido, é interessante evidenciar a importância da pesquisa história em estudos organizacionais. A pesquisa histórica em administração vem sendo discutida no campo dos estudos organizacionais, com a chamada “virada histórica” (*historic turn*) que levou os pesquisadores da área a buscarem um estreitamento das relações entre a história e a administração (CLARK e ROWLINSON, 2004). No entanto, existe um debate no campo questionando essa “virada” e aponta que talvez “virada histórica” foi mal rotulada e depende muito do que é visto como história (MILLS, SUDDABY, FOSTER e DUREPOS, 2016).

Os autores abordam sobre a possibilidade de um “retorno histórico” (*historic return*), ao invés de “virada histórica” (*historic turn*), já que desde meados da década de 1980, já se incluía várias referências à história na compreensão do campo em administração (MILLS, SUDDABY,

FOSTER e DUREPOS, 2016). Tal contexto também é percebido no Brasil conforme apontado por Wanderley, Barros, Costa e Carrieri (2016) onde a histórica do ensino em administração e administração pública brasileira já era investigada desde o fim da década de 1950 (e. g. FISCHER, 1984; SILVA, 1958; STORCK, 1983). Porém pesquisas mais recentes da área buscam de forma mais incisiva construir ligações mais diretas entre administração e história, o que inclui o cotidiano, como as investigações realizadas por Barros e Carrieri (2015) (WANDERLEY, BARROS, COSTA e CARRIERI, 2016).

Dessa forma, o estudo se insere no campo de pesquisas que se preocupam em desenvolver (re)articulações históricas sobre o estudo do ensino em administração explorando as disputas entre memória oficial e memória silenciada, observando que podem (co)existir diversas possibilidades de falar sobre o passado. Portanto, enquanto um estudo histórico essa pesquisa percebe a história como algo que pode e deve ser problematizado, questionado e que deve dialogar com outras disciplinas e não apenas como algo que deve ser simplesmente narrado (BURKE, 1990).

2. Aspectos Metodológicos

Trata-se de uma pesquisa descritiva que contou com levantamento bibliográfico e documental acerca da origem histórica dos cursos superiores de Administração, Economia e Contabilidade no Brasil. O campo de estudo foi o Curso Superior ministrado pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro e o Curso Superior de Administração e Finanças instituído a partir do Decreto nº 20.158 de 1931. Buscou-se identificar as principais características dos cursos como diplomas conferidos, duração, formas de ingresso, legislação aplicada, perfil dos discentes e docentes e disciplinas ministradas.

A análise dos dados ocorreu por meio da comparação entre os dados de cada um dos cursos, especialmente no que tange a matriz curricular de cada um. Em seguida, as disciplinas foram estruturadas em seis contextos: Formação Geral, Contabilidade, Matemática, Direito, Economia e Administração conforme o definido pelos autores Saes e Cytrynowicz (2001) em suas pesquisas. Desta forma, buscou-se verificar quais as similaridades e diferenças entre os cursos.

3. Resultados

Para o ingresso no Curso da Academia de Comércio era necessário concluir o curso preparatório, denominado Curso Geral. O Art.12 do Decreto nº 20.158 de 1931 determina que

para a realização da matrícula no Curso Superior de Administração era exigido o certificado nos cursos de Perito-Contador ou de Atuário.

Quanto às habilitações, o Curso Superior promovido pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro não concedia o título de bacharel. Tendo o propósito de capacitar seus formandos para os cargos de agentes consulares, atuários das companhias de seguros, funcionários do Ministério das Relações Exteriores e chefes de contabilidade de instituições bancárias e grandes empresas comerciais. Além de dispensá-los de provas e concursos. No entanto, Curso Superior de Administração e Finanças, com duração de três anos, concedia o diploma de bacharel e doutor (para os que defendessem uma tese) em Ciências Econômicas.

Para o currículo proposto, a Academia de Comércio apresentava um total de dezesseis disciplinas, uma a menos do que Curso de Administração e Finanças, que oferecia dezessete conforme mostra o Quadro 1.

Quadro 1. Curso Superior x Curso Superior de Administração e Finanças

Contextos /Cursos	Academia de Comércio do Rio de Janeiro	Curso Superior de Administração e Finanças
Formação Geral	Geografia Comercial e Estatística	Geografia Econômica
	História do Comércio e da Indústria	
	Tecnologia Industrial e Mercantil	História Econômica da América
	Diplomacia	
	Alemão	Sociologia
	Italiano	
	Espanhol	Psicologia, Lógica e Ética
História dos Tratados e Correspondência Diplomática		
Contabilidade	Contabilidade do Estado	Contabilidade Pública
	Contabilidade Mercantil Comparada	Contabilidade de Transportes
Matemática	Matemática Superior	Matemática Financeira
Direito	Direito Comercial e Marítimo	Direito Administrativo
		Direito Constitucional Civil
		Direito Internacional Comercial
	Direito Internacional	Direito Industrial e Operário
		Direito Público Internacional
		Legislação Consular
Economia	Economia Política	Economia Política
		Finanças e Economia bancária
		Política Comercial e Regime
		Aduaneiro comparado
Administração	Ciência das Finanças	Ciência da Administração

No que tange a Formação Geral, a Academia de Comércio possuía oito disciplinas. Entre elas o ensino de Alemão, Italiano e Espanhol. Já no Curso Superior de Administração e Finanças, o conteúdo abrangia áreas como a Sociologia, Psicologia, Lógica e Ética.

Em Contabilidade, cada curso apresentou duas disciplinas. Sendo uma delas em comum: Contabilidade do Estado na Academia de Comércio e Contabilidade Pública no Curso Superior de Administração e Finanças.

Para o ensino em Matemática, permitiu-se identificar uma única disciplina em cada curso, denominadas: Matemática Superior e Matemática Financeira.

No grupo de disciplinas de Economia, o Curso Superior de Administração e Finanças apresentou três disciplinas a mais que a Academia de Comércio. Mesmo assim, ambos ministravam em comum a disciplina de Economia Política.

Por fim, referente ao ensino de Administração, cada curso superior oferecia uma única disciplina. O Curso Superior de Administração e Finanças com a disciplina específica “Ciência da Administração” e a Academia de Comércio com “Ciência das Finanças”.

4. Conclusões

O objetivo desse estudo foi compreender as similaridades e divergências entre o Curso Superior promovido pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro e o Curso Superior de Administração e Finanças por meio de um estudo histórico.

Dentre as similaridades, ambos os cursos apresentam disciplinas correspondentes no que se refere ao ensino de Economia e Contabilidade. Além disso, a quantidade de disciplinas incluídas nos contextos de Administração, Matemática e Contabilidade são equivalentes. Pode-se dizer que entre as divergências está no fato de que a matriz curricular do Curso Superior ministrado pela Academia de Comércio, é dedicada exclusivamente ao ensino comercial. Visando a formação de agentes consulares e de funcionários do Ministério das Relações Exteriores como indica as disciplinas voltadas para o ensino de idiomas e diplomacia.

Por outro lado, a principal característica do Curso Superior de Administração e Finanças não é a formação geral. O bacharelado apresenta disciplinas mais específicas para cada um dos contextos analisados, especialmente para o ensino de Direito.

Vale destacar que o contexto histórico impacta diretamente na maneira como o ensino é ofertado e no modo pelo qual os profissionais são capacitados. O curso superior de Administração e Finanças foi estabelecido vinte e nove anos após o curso superior da Academia de Comércio, assim a demanda por profissionais qualificados não era a mesma. Mesmo assim,

este estudo expõe a construção da matriz que deu origem aos bacharelados de Administração, Contabilidade e Economia.

Devemos também perceber as disputas de memórias que ocorrem no campo, dialogando com o que é legitimado e registrado na história e o que é silenciado e encoberto pelos discursos dominantes sobre o fenômeno estudado. Nesse sentido, compreender as continuidades e rupturas do currículo do ensino em administração desenvolvido pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro e o Curso Superior de Administração e Finanças nos permite dialogar com as memórias oficiais e memórias silenciadas sobre o que era ensinado na área de administração. Portanto, essa pesquisa pode contribuir para a construção das possíveis historiografias do ensino em administração no Brasil, na medida em que busca resgatar o que era ensinado desde 1902 com a inauguração da Academia de Comércio do Rio de Janeiro.

Diante da importância da história do ensino de Administração no Brasil recomenda-se o aprofundamento de estudos acerca do ensino comercial e da construção dos primeiros cursos superiores na área de gestão no país, na qual a Academia de Comércio do Rio de Janeiro foi a pioneira. A compreensão desses cursos pode nos proporcionar melhores bases para discussão das grades atuais do curso de administração que se tornou o maior do Brasil.

Referências Bibliográficas

BARROS, Amon. Antecedentes dos cursos superiores em Administração brasileiros: as escolas de Comércio e o curso superior em Administração e Finanças. *Cad. EBAPE.BR*[online]. 2017, vol.15, n.1 [cited 2018-05-20], pp.88-100

BARROS, Amon. Antecedentes dos Cursos Superiores em Administração brasileiros: as Escolas de Comércio e o Curso Superior de Administração e Finanças. In: Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, 8, 2014, Rio Grande do Sul. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnEO137.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 782 de 1950. Transforma a Academia de Comércio do Rio de Janeiro em instituição federal e dá providências. Disponível: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=5DD1C3262D346EF0B305D7CFB699DD48.proposicoesWeb1?codteor=1222572&filename=Avulso+PL+782/1950>. Acesso em 09 abr. 2018. Texto Original.

BRASIL. DECRETO Nº 1.339, DE 9 DE JANEIRO DE 1905. Declara instituição de utilidade pública a Academia de Comércio do Rio de Janeiro. BRASÍLIA, DF, jan. 1905. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1339-9janeiro-1905-612623-norma-pl.html>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

BRASIL. DECRETO Nº 8.206, DE 08 DE SETEMBRO DE 1910. Transfere a sede da Academia de Comércio para a praça Quinze de Novembro. BRASÍLIA, DF, set. 1910.

Disponível em: <
<http://legis.senado.leg.br/legislacao/PublicacaoSigen.action?id=413628&tipoDocumento=DE C-n&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 9 abr. 2018.

BRASIL. DECRETO Nº 20.158, DE 30 DE JUNHO DE 1931. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão do contador e dá outras providências. BRASÍLIA, DF, jun. 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30junho-1931-536778-norma-pe.html>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 7.988, DE 22 DE SETEMBRO DE 1945. Dispõe o ensino superior de ciências econômicas e ciências contábeis e atuariais. BRASÍLIA, DF, set. 1945. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7988-22setembro-1945-417334-norma-pe.html>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

BURKE, P. *La Revolución Historiográfica Francesa. La Escuela de los Annales: 1929-1989*, Barcelona, Editorial Gedisa, 1990

CLARK, P; ROWLINSON, M. The treatment of history in organization studies: towards an „historic turn“? *Business History*, v. 46, n. 3, p. 331-352, 2004.

DECOURT, André. Foi um RIO que passou. Disponível em: <
<http://www.rioquepassou.com.br/2004/09/10/convento-do-carmo-fevereiro-de-1906/>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

FISCHER, T. Administração pública como área de conhecimento e ensino: a trajetória brasileira. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 278-288, out./dez. 1984.

FULVIUSBSAS. Convento do Carmo in Rio de Janeiro. Disponível em: <
<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rio-CarmoConvent.JPG>> Acesso em: 20 mai. 2018.

MENDES, Iba. Fotos (ilustrações) antigas do Rio de Janeiro – XV. Disponível em: <
<http://www.ibamendes.com/2012/05/fotos-ilustracoes-antigas-do-rio-de.html>> Acesso em: 20 mai. 2018.

MILLS, A. J.; SUDDABY, R.; FOSTER, W. M.; DUREPOS, G. Re-visiting the historic turn 10 years later: current debates in management and organizational history – an introduction. *Management & Organizational History*, London, v. 11, n. 2, p. 67-76, Mar. 2016

MOITINHO, Álvaro Pôrto. *O Ensino da Administração no Brasil*. Editora Paulo de Azevedo Ltda. Rio de Janeiro, 1953.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. CYTRYNOWICZ, Roney. O Ensino Comercial na Origem dos Cursos Superiores de Economia, Contabilidade e Administração. *Revista Álvares Pentead*, v. 3, n. 6, jun. 2001.

SILVA, Benedicto. Gênesis do Ensino de Administração Pública no Brasil. Cadernos de Administração Pública. 1958.

STORCK, V. Notas para a história da administração brasileira: origens e desenvolvimento. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 57-62, jul./set. 1983.

UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES. Baú da Candido Mendes. Disponível em: <<http://www.ucam.com.br/bau-da-candido-mendes>>. Acesso em: 10 out. 2017.

UFRJ PARA ESTRANGEIROS. Guia prático para o estudante estrangeiro na UFRJ. Disponível em: <<https://ufrjparaestrangeiros.wordpress.com/2011/07/13/ifcs/>> Acesso em: 20 mai. 2018.

WANDERLEY, S.; BARROS, A.; COSTA, A. S. M.; CARRIERI, A. P. Caminhos e percursos da História em Administração: um chamado à reflexão sobre o tempo e a construção do presente. Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, Belo Horizonte, v. 3, n. 8, p. 801-820, dez. 2016.